

O Contraditório na Cobertura do Afastamento de Dilma Rousseff pelo Programa *A Voz do Brasil*¹

Luciana Paula Bonetti SILVA²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a presença de contraditório no conteúdo noticioso do programa *A Voz do Brasil*, na cobertura do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. O objeto empírico são os 25 minutos do programa referentes ao poder Executivo do dia anterior à data do afastamento, 11 de maio de 2016, o último programa que foi ao ar ainda no Governo Dilma. A análise terá como base os conceitos de jornalismo público (ROSEN, 2003; ROTHBERG, 2011) e comunicação institucional (WEBER, 2009). A metodologia adotada é análise de conteúdo, tomando o contraditório como categoria central.

Palavras-chave: A Voz do Brasil, Radiojornalismo, Comunicação Audiovisual, Rádio, Mídia Sonora

Introdução

A crise política que levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff teve a mídia e o jornalismo em especial como alguns de seus protagonistas. É difícil dissociar a polarização vista nas ruas, nas manifestações pelo impeachment e nas em defesa da democracia, da polarização da cobertura destes e outros eventos relacionados à crise³. As etapas da Operação Lava-Jato, investigação da Polícia Federal sobre corrupção e lavagem de dinheiro na estatal Petrobras, dominou o noticiário, e cada vazamento de

1 Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pela Prof. Valci Regina Mousquer Zuculoto neste artigo e na pesquisa de mestrado em andamento “*A Voz do Brasil* entre o jornalismo público e a comunicação institucional”. Email: lucipbs@gmail.com

3 A parcialidade da mídia brasileira em relação a crise política chegou a ser pauta do jornal britânico *Independent*, no dia 10 de abril de 2016. Ouvido pela reportagem, o pesquisador português Boaventura de Souza, critica a parcialidade dos meios de comunicação brasileiros em favor da perspectiva dos políticos de direita. A reportagem está disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/americas/brazils-political-process-damaged-by-partisan-press-claim-journalists-dilma-rousseff-impeach-a6978011.html>

informações como grampos telefônicos foram tratados muitas vezes com sensacionalismo.

Neste contexto se deu a investigação de Dilma Rousseff, acusada de crime de responsabilidade devido à contração de empréstimos pelo governo de bancos públicos, de forma irregular, sem autorização do Congresso, para o financiamento de programas sociais. Como o caso não envolveu enriquecimento indevido da gestora ou prejuízo financeiro às instituições bancárias em questão, que já haviam sido pagas pelo empréstimo, a questão gerou muita controvérsia. A própria complexidade e subjetividade da matéria foi um dos ingredientes da polarização na cobertura do caso pela mídia.

Entre as principais críticas que a cobertura sobre a crise política teve é a de que o contraditório, no que tange a defesa do Governo, muitas vezes só esteve presente na mídia internacional⁴. Partimos do pressuposto de que o radiojornalismo também repercutiu este comportamento da mídia nacional, mas como o espaço informativo nas rádios é cada vez mais escasso (SANT'ANNA, 2008) torna-se pertinente investigar também como cobriu a questão *A Voz do Brasil*, programa produzido pelos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, transmitido diariamente de segunda a sexta-feira, em rede nacional de rádio.

Para este artigo analisamos a cobertura de um dos momentos que consideramos mais importantes da crise política, o afastamento de Dilma Rousseff para a instauração do processo de impeachment no Senado. No dia 11 de maio de 2016, foi ao ar o último programa de *A Voz do Brasil* de seu governo. Através da análise de conteúdo, buscamos nesta edição o elemento contraditório na cobertura dos 25 minutos do Poder Executivo referente à pauta da sessão do Senado que decidia naquele dia pela abertura do processo de impeachment. Assim, na primeira parte do artigo apresentamos um contexto histórico do programa até a edição analisada. Na segunda parte, analisamos o conteúdo (BARDIN, 2009) da cobertura da sessão do Senado pela abertura do impeachment tomando como categoria principal o contraditório. Por fim, confrontamos nossa análise com os pressupostos do Manual de Jornalismo da EBC (2013) e traçamos uma reflexão

4 O artigo *O impeachment como resultado da exclusão informativa*, do pesquisador Alberto Perdigão, publicado pelo Observatório da Imprensa em dezembro do ano passado, conclui que a cobertura na mídia brasileira no caso foi tão parcial que o autor considera a imprensa brasileira o terceiro protagonista do impeachment, junto ao Parlamento e ao Judiciário. O texto está disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-impeachment-como-resultado-da-exclusao-informativa/>

à luz dos conceitos de jornalismo público (ROSEN, 2003; ROTHBERG, 2011) e comunicação institucional (WEBER, 2009).

A Voz do Brasil e o Radiojornalismo

O programa radiofônico *A Voz do Brasil* existe desde 1935 e segue até hoje no ar, transmitido das 19 às 20 horas em cadeia nacional. A sua criação se deu a partir da ideia de promoção do governo federal e da integração nacional. Para tal, o então chamado *Programa Nacional* reunia discursos presidenciais e peças musicais e literárias. Atualmente, *A Voz do Brasil* veicula informes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A produção de cada bloco é independente em seu financiamento e execução, sendo de responsabilidade de cada Poder. O emprego de profissionais de jornalismo na produção do programa, a adoção de linguagem e formatos radiojornalísticos, transformaram significativamente *A Voz do Brasil* em relação ao programa criado no Estado Novo, de maneira que reportagens veiculadas em sua versão mais contemporânea conquistaram prêmios de radiojornalismo⁵.

Esta mudança não foi abrupta. Em 1946, dá-se um primeiro passo com a concessão do espaço de 10 minutos da programação para o Congresso Nacional, que atualmente compreende 30 minutos de uma hora total do programa. Em 1996, o Poder Judiciário passou a produzir 5 minutos na primeira metade do programa e ao Tribunal de Contas da União foi concedido 1 minuto da programação no espaço dos três poderes, em revezamento, nas segundas, quartas e sextas-feiras. De maneira que, atualmente, os primeiros 25 minutos, referentes ao Executivo, são produzidos pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os 5 minutos seguintes são uma produção do Judiciário, que também veicula na *Voz* reportagens da Rádio Justiça, e os 30 minutos restantes são divididos entre dez de produção da Rádio Senado e vinte da Rádio Câmara. O TCU produz seu minuto através da Assessoria de Comunicação da instituição.

Se levarmos em conta apenas o espaço do Executivo no programa, temos que, mesmo antes da reabertura política, na Ditadura Militar, quanto à linguagem e ao

⁵ Por exemplo, a reportagem produzida por Carolina Pimentel sobre o Seguro da Agricultura Familiar, que foi ao ar em 10 de setembro de 2004, recebeu no ano seguinte o Prêmio Especial Categoria Extra-Regional, na categoria mídia eletrônica, concedido pelo Banco do Nordeste.

formato, *A Voz do Brasil* buscou pautar-se pelo radiojornalismo e reduzir a veiculação de discursos presidenciais (PEROSA, 1995). Na época do presidente Geisel, por exemplo, os pronunciamentos à nação passaram a ser realizados em transmissões em cadeia obrigatória de rádio e TV, ao invés do espaço dedicado ao Poder Executivo na *Voz* – o que pode ser sintoma também da baixa audiência do programa e da popularização da TV.

No governo Sarney, caminha-se ainda mais nesta direção com a criação do programa *Conversas ao Pé do Rádio*, uma tentativa de separar o conteúdo noticioso acerca do Poder Executivo da comunicação direta entre presidentes e cidadãos. Renomeado no Governo Lula, o *Café com o presidente* inspirou-se na iniciativa do mandatário estadunidense Franklin Roosevelt, que falava com a população de maneira próxima no programa *Conversas ao pé da Lareira*, até usando o termo “meus amigos”. A versão brasileira perdurou de Sarney até o Governo Dilma.

Em 2003, *A Voz do Brasil* passou a efetivamente anunciar a adoção de critérios jornalísticos como consequência de uma reformulação durante a gestão de Eugênio Bucci na Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). Como traz o seguinte anúncio na página da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), no campo reservado ao histórico de *A Voz do Brasil*:

2003, o foco na cidadania. Em 2003, como parte do novo conceito de comunicação pública do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Radiobrás promoveu a mais profunda reforma editorial realizada no programa. A parte destinada ao Poder Executivo adquiriu enfoque jornalístico e formato atual. A reportagem deixou os gabinetes para sair às ruas em busca da relação entre as políticas públicas implementadas e as necessidades da sociedade. Pela primeira vez, *A Voz do Brasil* abria seus microfones para a população perguntar, comentar e avaliar os projetos e ações do governo abordados no programa. “O Guarani” foi remixado ao ritmo de forró, samba, choro, bossa-nova, capoeira, moda de viola e até techno. E o tradicional “Em Brasília, dezenove horas” foi substituído por “Sete da noite, em Brasília”, sinal da opção pela linguagem mais simples, usual e em tom de diálogo. Desde então, *A Voz do Brasil* acumula três prêmios de jornalismo e é reconhecida como canal de acesso a informações precisas e objetivas sobre governo, Estado e Cidadania. (EBC, 2012)

Percebe-se assim que a tentativa de dissociar o programa da noção de propaganda política, ideia central no excerto citado acima, exacerba-se nos anos 2000.

São fartos os documentos que atestam o objetivo de produzir conteúdo noticioso, respeitando critérios jornalísticos como imparcialidade, neutralidade, entre outros. Entre eles estão os manuais de jornalismo da Radiobrás (2006) e da Empresa Brasil de Comunicação (2013) e principalmente o relato autobiográfico do ex-gestor da Radiobrás Eugênio Bucci no livro *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação*, de 2008.

A criação da Empresa Brasil de Comunicação, em 2007, também reforçaria a missão de produzir um programa de caráter jornalístico. A instituição se dedica à gestão da radiodifusão pública em âmbito nacional e é a atual produtora dos 25 minutos dedicados ao Poder Executivo na *Voz do Brasil*. A EBC representa assim a primeira iniciativa de regulamentação da Constituição de 1988 quanto à complementaridade da radiodifusão entre pública, estatal e comercial, já que até a sua criação, havia apenas os dois últimos sistemas em abrangência nacional.

É preciso considerar ainda que no contexto em que o radiojornalismo perde força, a veiculação de conteúdo noticioso por parte de fontes públicas e privadas passa a ser, em várias rádios, o único conteúdo informativo a que os ouvintes terão acesso em meio a programações musicais e religiosas (SANT'ANNA, 2008). Também segundo levantamento de Sant'Anna, em 2004, para cada cem jornalistas empregados, sessenta atuavam junto às fontes. Neste panorama de baixa oferta de radiojornalismo e absorção dos profissionais da área pelas fontes, *A Voz do Brasil* passa a ser relevante na produção e veiculação de informações no meio rádio. Tanto que a relação da população com *A Voz do Brasil* foi assim verificada pelo Datafolha⁶, entre 18 e 19 de fevereiro de 2014: dos 2.901 entrevistados em 135 municípios, 64% dos entrevistados consideram o programa como importante fonte de informações das ações e propostas do governo.

Esta relevância também se reflete no âmbito da pesquisa acadêmica em Comunicação e Jornalismo, uma vez que o programa foi objeto do estudo de alguns trabalhos. Um dos mais pioneiros é o de Lilian Perosa, profissional que atuou na *Voz* entre 1985 e 1989, e defendeu a dissertação intitulada *A Hora do Clique: a análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República*, na Universidade de São Paulo (USP), em 1991. Até hoje, a obra que fora publicada pela Annablumme Editora

⁶ No endereço eletrônico: <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/22508-abert-lanca-campanha-pela-flexibilizacao-da-voz-do-brasil>

em 1995, e reimpressa em 2009, é amplamente mencionada nas pesquisas que têm o programa como objeto empírico.

A dissertação *‘Voz do Brasil’: proposta de jornalismo de interesse do cidadão que virou peça de relações públicas do governo*, de Renato Delmanto Barros (2015), dedica-se à fase mais recente do programa. O autor analisou edições entre 2013 e 2015 com foco em seus elementos retóricos e em seus critérios de noticiabilidade.

À mesma conclusão de Barros, chegaram Valquíria Guimarães da Silva e Nádia Sousa Santos (2008) no artigo *Em Brasília, dezenove horas: o governo na pauta do programa A Voz do Brasil*, apresentado no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). As autoras fazem a crítica da cobertura do programa sobre a crise aérea ocorrida após o acidente com uma aeronave da empresa TAM, no dia 17 de setembro de 2007.

A persistência do uso político do programa, por sua vez, foi tema do estudo de Enio Fachin Franco e Carla Montuori Fernandes no artigo *O uso da “A Voz Do Brasil” como mecanismo político-partidário na construção da candidatura de Dilma Rousseff*, publicado pela Revista Temática em 2014. A partir do critério de valência, a pesquisa relaciona a vitória de Dilma Rousseff com a cobertura positiva sobre o Governo Lula no programa.

A partir desta trajetória histórica do programa e também a partir dos estudos que constam sobre ele, entendemos que para nos debruçar sobre o conteúdo noticioso da edição de *A Voz do Brasil* do último dia do governo Dilma, seria adequado partir dos conceitos de jornalismo público e comunicação institucional. Como jornalismo público referimos aquele que é produzido a partir de dois parâmetros: com financiamento público mas de produção independente e autônoma, como elenca Danilo Rothberg (2011) - com base na experiência da BBC de Londres -, e aquele engajado com a promoção da cidadania, como enunciou Jay Rosen (2003) - com base em iniciativas de mídia impressa e televisiva comerciais nos Estados Unidos pautadas em mecanismos de participação do público. O conceito de comunicação institucional utilizado em nossa pesquisa, por sua vez, é entendido enquanto o produto das ações de Assessoria de Imprensa e Relações Públicas de uma instituição (WEBER, 2009).

O afastamento de Dilma

No dia 11 de maio de 2016, quando o Senado iniciou a sessão pela instauração do processo de impeachment, foi ao ar o último programa de *A Voz do Brasil* do Governo de Dilma Rousseff. Por isso, entre tantas edições que desde março noticiam temas referentes ao impeachment escolhemos esta para a nossa análise do contraditório no noticiário. Porque entendemos que são justamente os momentos de crise do Governo que colocam à prova os princípios do jornalismo público, indiretamente expressos na missão do programa após a reformulação de 2003.

Assim sendo, centrando-nos nos 25 minutos referentes ao Poder Executivo na Voz da edição de 11 de maio de 2016, temos que a pauta da votação da abertura do processo de impeachment no Senado foi a primeira das três chamadas da edição. Cerca de quatro minutos foi o tempo destinado ao tema entre a locução dos apresentadores Luciano Seixas e Helen Bernardes e as reportagens de Daniela Almeida e Gabriela Noronha. Na metade do programa, aos 12 minutos, são dedicados mais dois minutos à cobertura ao vivo do repórter Ricardo Carandina, que acompanhava a sessão no Senado e passou ao vivo informações do local. De maneira que ao todo, o último programa de *A Voz do Brasil* do governo Dilma dedicou seis minutos, cerca de 25% do tempo total da edição, à pauta de seu possível afastamento.

A reportagem de Daniela Almeida trouxe informações sobre a sessão do Senado que teve início às dez da manhã daquele dia. Entre as fontes ouvidas em sua reportagem estão a senadora Vanessa Grazziotin do PC do B e os senadores Lindberg Farias e Jorge Viana do PT e Randolfê Rodrigues da Rede Solidariedade. Ainda que as informações da repórter e dos locutores que chamaram sua reportagem possam ser classificadas como neutras, todas as fontes elencaram apenas informações contra o processo de impeachment.

Já a reportagem de Gabriela Noronha tratava da recusa do ministro Teori Zavascki quanto ao pedido da Advocacia-Geral da União para anular o processo de impedimento contra a Presidenta Dilma Rousseff. A reportagem não usa sonoras do ministro ainda que mencione suas justificativas para negar o mandato de segurança, de maneira que consideramos neutras as informações da matéria. E quando mencionamos o termo “informação neutra”, queremos mencionar aquelas informações que se restringem ao relato dos ritos burocráticos, tanto do Senado quanto do Judiciário, sem que se denote de forma mais explícita apoio ou aversão ao processo de impeachment.

A tomada ao vivo da sessão onde estava o repórter Ricardo Carandina atualizou os dados da reportagem de Daniela Almeida e trouxe ainda a fala do então líder do governo no Senado, senador Humberto Costa. Mais uma vez, as informações do repórter podem ser consideradas neutras e as da fonte contrárias ao processo de impeachment.

Ao simplesmente não elencar opiniões favoráveis ao processo, ao não consultar nenhum dos 55 senadores que votaram pelo impeachment, o programa deixou de noticiar o elemento contraditório da pauta, causando inclusive uma distorção grande da realidade ao dar voz apenas à opinião daqueles que representavam minoria na disputa. Quanto aos cidadãos, mencionados no projeto de reformulação do programa na gestão de Bucci e elemento central até no bordão de abertura - “Está no ar a sua voz, a nossa voz, A Voz do Brasil” - não são consultados.

Tal procedimento, de reunir informações neutras e positivas em relação a instituição representada, não representaria contradição ou mal exercício dos princípios da comunicação institucional. Para Maria Helena Weber (2009) a comunicação institucional reúne a assessoria de imprensa e as relações públicas de uma empresa, não havendo assim um compromisso com o elemento contraditório.

Mas, como já explicitado, o programa ao longo das últimas décadas passou por reformulações que anunciavam a produção de conteúdo com “enfoque jornalístico”. E ao analisar o Manual de Jornalismo da EBC (2013) identificamos suficientes congruências entre os pressupostos e práticas que se defendem no documento e as noções de jornalismo público.

Para afirmá-lo comparamos os preceitos do Manual com os princípios de jornalismo público apresentados por Danilo Rothberg (2011) e por Jay Rosen (2003). O que constatamos é que o Manual elenca muitas das premissas comuns a quaisquer veículos que se pretendam jornalísticos e algumas que lhe são características mais semelhantes ao que se entende por jornalismo público (SILVA; ZUCULOTO, 2017). A seguir destacamos o que consideramos uma definição mais genérica enunciada no manual:

A EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura. Essas informações têm de ser transmitidas com

honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. (EBC, 2013, p. 21)

Além disso, é tratada a prerrogativa de isenção, imparcialidade, independência e ausência de preconceitos quando na apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos fatos noticiados. Mas a preocupação com a contextualização e conteúdo analítico, características marcantes do que se defende como jornalismo público, também estão registradas no documento. Pluralidade, diversidade e liberdade de pensamento são mencionados como direitos dos cidadãos e para tal é dada ênfase no “Regionalismo” - valor também muito caro a produção da BBC, como aponta Rothberg (2011). Tanto que o termo consta no quadro de “valores, objetivos e diretrizes” do manual, junto de “Pluralidade, Imparcialidade, Liberdade e Discernimento, Educação, Idioma, (veto ao) Proselitismo, Debate Público, Inclusão, Inovação, Participação, (rejeição à) Discriminação, Ética e Família”. Em consonância com o que vem sendo debatido enquanto jornalismo público, e distanciando-se da noção de comunicação institucional, o documento apresenta a prerrogativa de pautar processos educacionais e compromisso com a cultura de paz e a solidariedade.

O conteúdo jornalístico da EBC não visa a tutelar ou direcionar a formação da opinião pública. Cumpre o dever de dar as informações necessárias para que os cidadãos formem livremente as próprias opiniões. Trata-se de um direito dos cidadãos. Na sua atividade essencial em mídia pública, o jornalismo da EBC deve abrir espaços e empenhar talentos e criatividade para realizar pautas sobre processos educativos que estimulem a solidariedade e promovam a cultura de paz e de convivência entre as diferenças. (EBC, 2013, p. 27)

Dentre estes valores, entendemos que é importante mencionar ainda quais as justificativas e pressupostos que o manual usa para abordá-los. Na busca de firmar-se como alternativa aos modelos de coberturas “nacionais” que se focam em notícias sobre os grandes centros de poder político e econômico, o manual defende que: “o regionalismo das pautas, dos sotaques e do idioma é essencial ao jornalismo da EBC. Está nos fundamentos de seus veículos, pelo seu caráter público e pelo acolhimento à diversidade cultural do país” (EBC, 2013, p. 23).

O antipartidarismo, por sua vez, primeiramente tido como prerrogativa de imparcialidade, é abordado como postura necessária ainda quando no tratamento de notícias que abordem denúncias:

Imparcialidade – os jornalistas, comunicadores e todos aqueles que atuam no processamento da informação que a EBC oferece ao público têm o dever de evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos. (EBC, 2013, p. 23)

Quanto a “referenciais e procedimentos” de suas práticas jornalísticas, em seu segundo capítulo, o manual elenca o que entende como: foco “no” e “do” cidadão; compromisso com a qualidade; respeito à privacidade e à imagem pessoal; denúncias e denunciamento; e jornalismo participativo. Entre estes pressupostos, destacamos neste trabalho que, quando aborda o foco “do” cidadão, o manual traz a participação do mesmo no conteúdo produzido pela empresa. Além dos meios passíveis de serem utilizados por qualquer natureza de empresa jornalística - redes sociais, ouvidorias - existe na EBC o Conselho Curador, visto como “o ente institucionalizado para ser a representação da sociedade na EBC” (EBC, 2013, p. 28).

O documento registra também a prerrogativa de produzir um conteúdo não partidarizado, tanto na ocasião da cobertura de eleições, quanto na cobertura da atividade dos três poderes. Como o nosso objeto de análise é uma prestação de serviço da EBC para a Secretaria Especial de Comunicação Social, destaquemos o que o manual traz sobre a cobertura de notícias referentes ao poder Executivo:

Poder Executivo – fonte de decisões que afetam os cidadãos e a vida nacional em suas mais diversas dimensões, o Poder Executivo tem de ser reportado pelo jornalismo da EBC como gerador de fatos a serem acompanhados em suas causas e efeitos e como destinatário de pressões e demandas da sociedade. (EBC, 2013, p. 52)

Além de se tratar de um jornalismo de financiamento público, o manual apresenta ainda como seus valores a busca de conteúdo plural, isento, analítico e acima de tudo com foco no cidadão e na promoção do civismo. A premissa de trazer conteúdo analítico e contextualizado, a importância de valorizar regionalismos em detrimento da cultura globalizada, a intenção de pautar processos educacionais e o compromisso com a paz são algumas características do jornalismo da EBC que corroboram com a preceitos do jornalismo público.

Comparando estes preceitos elencados pelo Manual de Jornalismo da EBC (2013) com nossa análise da cobertura do afastamento da presidenta Dilma em *A Voz do Brasil*, fica nítido que não se cumprem os pressupostos do manual na cobertura em questão. Uma vez que para cumpri-lo seria necessário ter a presença do elemento contraditório na cobertura, garantindo-se assim o apartidarismo e a imparcialidade defendidas, bem como o foco no cidadão, ignorado completamente pelo programa enquanto fonte opinativa sobre o tema. Ainda assim, pode-se questionar se enquanto produto da Direção de Serviços da EBC à serviço da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, *A Voz do Brasil* não deveria se pautar de fato pela noção de comunicação institucional. Se assim fosse, haveria por si só contradição entre os princípios defendidos por Bucci e os da comunicação institucional.

A assessoria de imprensa possui linguagem jornalística porque destina-se aos profissionais de mídia, as informações elencadas em um release, por excelência, prestam-se a compor parte de uma matéria jornalística, a parte da instituição que produziu a informação, e não o todo da notícia a ser veiculada enquanto jornalística. Assim, entendemos que o “enfoque jornalístico” e o “foco no cidadão”, defendidos no discurso de reformulação do programa em 2003, e o fato da produção ter ficado a cargo de uma empresa pública de comunicação fazem com que a presença do contraditório tanto das fontes oficiais como dos cidadãos seria um dos compromissos do programa não cumpridos na edição analisada. De maneira que nossa análise desta cobertura em especial corrobora com o trabalho de Barros (2015) que vê o programa como peça de relações públicas.

Considerações finais

Para além de apontar a contradição entre o que se defende como princípios da produção de *A Voz do Brasil*, no bloco do programa referente ao Poder Executivo, e aquilo que nossa análise apontou, queremos finalizar este trabalho refletindo sobre o contexto em que isso se dá.

Podemos pensar que a busca ou o discurso sobre instituição de princípios jornalísticos pelo programa, como ocorre em 2003, também se insere no contexto de legitimação do mesmo diante do público e diante de sua própria trajetória, marcada pela propaganda de Estado. No entanto, o conteúdo da reportagem sobre a votação do Senado

pela abertura do processo de impeachment, no dia 11 de maio de 2016, mostrou-se na nossa análise um conteúdo informativo carente de controvérsia, contrariando os preceitos defendidos no Manual de Jornalismo da EBC (2013).

Quando aborda a questão do jornalismo público, pautando-se no modelo da BBC de Londres, Rothberg (2011) afirma que o monopólio da radiodifusão, mantido até 1955, fez com que naquele país a qualidade do telejornalismo de forma geral se pautasse pela qualidade do telejornalismo da BBC – contexto pode ser estendido ao radiojornalismo já que o monopólio se deu no ambiente maior da radiodifusão. Já no Brasil, a radiodifusão se expande, a partir da década de 1930, com a regulamentação dos reclames comerciais nas rádios, de maneira que a nossa radiodifusão pública nunca teve força para pautar a comercial.

Ao contrário, com a consolidação da mídia comercial, parece-nos que ela é quem vem pautando a pública. Ao menos quando nos reportamos à edição analisada, a carência do elemento contraditório parece repercutir a mesma tendência criticada na mídia comercial, mas no caso de *A Voz do Brasil*, em defesa do Governo.

Ampliando a discussão, podemos pensar na importância da pauta da regulamentação da mídia, para que a complementariedade dos sistemas público, estatal e comercial de radiodifusão, como prevê o texto da Constituição de 1988, possa se efetivar. A sobreposição do sistema comercial, ao contrário do aconteceu em países europeus, parece ter sufocado o sistema público no nosso país, compreendendo apenas os polos estatal e comercial. Para Laurindo Filho (2016) o fim do monopólio da radiodifusão comercial, depende da regulamentação da mídia e do fortalecimento da comunicação pública, sendo que o Governo só se dedicou a esta última.

Corroborando com esta ideia, nossa análise nos leva a crer que o fortalecimento da comunicação, pública sem a regulamentação da mídia e efetiva independência financeira e autonomia do sistema público, tende a apenas reforçar a comunicação estatal, sem garantir ao cidadão o seu direito pleno à informação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Renato. **Voz do Brasil: proposta de jornalismo de interesse do cidadão que virou peça de relações públicas do governo.** 2015. 144p. Dissertação (Mestrado) Faculdade Cásper

Líbero, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Comunicação. São Paulo, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a Guerra entre a Chapa-branca e o Direito à Informação no Primeiro Governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

EBC Disponível em: <www.ebc.com.br> Acesso em: 18 nov. 2012.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade: manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013.

FILHO, Laurindo. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia In: LOPES, Ruy Sardinha. **SOCICOM DEBATE - A comunicação pública em questão: crise na EBC**. São Paulo, SOCICOM, 2016. Disponível em <http://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf>

FRANCO, Enio Fachin; FERNANDES, Carla Montuori. O uso de “A Voz Do Brasil” como mecanismo político-partidário na construção da candidatura de Dilma Rousseff. **Revista Temática**, em 2014. Ano X, n. 02, Fevereiro/2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/20516/11346>

NUCCI, Celso. **Manual de Jornalismo da Radiobrás**. Brasília. Editora Radiobrás, 2006.

PEROSA, L. M. F. de L.. **A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: ANNABLUME: ECA-USP, 1995

ROSEN, Jay. **Getting the connections right: Public Journalism and troubles in the press**. Twentieth Century Foundation, 1996, 100p.

_____ Tornar a vida pública mais pública: Sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. **Jornalismo Cívico**. Lisboa. Livros Horizonte, 2003

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011

SANT'ANNA, F. Radiojornalismo no Brasil: um jornalismo sem jornalistas. **Líbero** - Ano XI - no 22 - Dez 2008.

SILVA, Valquíria Guimarães da; SANTOS, Nádia Sousa. Em Brasília, dezenove horas: o governo na pauta do programa A Voz do Brasil. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. **Anais**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1798-1.pdf>

SILVA, Luciana Paula Bonetti; ZUCULOTO, Valci Regina. O jornalismo público como categoria de análise para A Voz do Brasil. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2017, Caxias do Sul. **Anais**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-1416-1.pdf>

WEBER, Maria Helena. Comunicação Organizacional, a síntese. Relações Públicas, a gestão estratégica. **Organicom**. São Paulo, Ano 6, Números 10/11, pp 71-75. Disponível em: http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista10-11/70.pdf